

'Moderados' vêm acordo de grupos com restrições

BRASÍLIA- O acordo feito entre o "Grupo dos 32" e o "Grupo interpartidário" em torno da reserva de mercado, do sistema de concessões de emissoras de rádio e televisão e do setor de saúde foi recebido com restrições por alguns líderes dos "moderados" na Constituinte. O Líder do PFL na Câmara, Deputado José Lourenço, disse que apóia as rodadas de negociações promovidas pelos grupos:

— Não posso dizer, porém, se as conclusões dos grupos atendem ao PFL.

Lourenço criticou a criação do Conselho Nacional de Comunicações, com representantes indicados pelos Poderes Executivo e Legislativo e pela sociedade.

— Que sociedade? Quem da sociedade? — indagou.

Segundo Lourenço, a concessão de canais de rádio e televisão deveria ser feita por uma comissão formada no Congresso Nacional, autorizada pelo Executivo.

O Deputado pronunciou-se também com relação à saúde:

— Sou favorável a um setor estatal que funcione e também um setor privado que funcione.

A longo prazo, defendendo que vá desaparecendo o estatal e aumentando o setor privado, já que é mais eficiente.

As maiores críticas do Líder pefelista foram dirigidas, porém, para a proteção temporária às empresas nascentes ou não de setores tecnológicos considerados estratégicos (reserva de mercado).

— Setor estratégico só considero o de armamento. Não sei o que eles querem dizer.

Segundo José Lourenço, "apenas a esquerda burra considera estratégica a informática".

O Deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), que articula atualmente a formação do bloco dos "moderados" na Constituinte, também criticou o acordo em torno da reserva de mercado.

— Isso é matéria de legislação ordinária — afirmou.

Cardoso Alves afirmou ainda que a reforma agrária — que está sendo negociada entre os grupos — deveria também ficar fora da futura Carta. Reafirmou, porém, que o Poder Judiciário precisa participar da reforma para julgar possíveis abusos nas desapropriações.